



85.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Grupo de Câmaras de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Agravo regimental no mandado de segurança nº 335679-0**

**Agravante:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

**Agravado:** Rudymar Paulino da Silva.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. *ASTREINTES* CONTRA FAZENDA PÚBLICA. ART. 461 DO CPC. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade. 2. Mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento requerido. 3. É lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, não havendo que se falar em exorbitância na espécie. 4. O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4. Observância da Súmula nº 18 desta Corte de Justiça. 5. Agravo regimental à unanimidade improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental no mandado de segurança nº 335679-0, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 2 de julho de 2014

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Grupo de Câmaras de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

86

**Agravo regimental no mandado de segurança nº 335679-0**

**Agravante:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

**Agravado:** Rudymar Paulino da Silva.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo regimental diante de decisão monocrática que deferiu a liminar requerida, no sentido de determinar o fornecimento gratuito do medicamento CINACALCET 30mg, na forma prescrita às fls. 16, na posologia indicada, enquanto perdurar a necessidade de sua administração ao ora agravado.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, alegando acerca da ausência da prova pré-constituída na ação mandamental, da impossibilidade jurídica do pedido da parte ora agravada, do ultraje ao princípio da legalidade e da eficiência, existência de outros medicamentos de eficácia comprovada para tratamento da enfermidade que acomete o agravado, disponibilizados pelo SUS, da importância de se reconhecer o princípio da reserva do possível nos pedidos de tratamento de saúde, da ausência de caráter ilimitado aos direitos fundamentais, da exorbitância da multa diária fixada.

Autos conclusos.

É o relatório.

**VOTO**

As alegações trazidas à baila pela agravante não são capazes de convencer sobre o postulado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

De início, não merece guarida à arguição de que o pedido não pode ser deferido pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, pois, em função de expressa previsão constitucional, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais.

Quanto à preliminar arguida pelo Estado agravante de que inexistente direito líquido e certo no caso ora em análise, deixo de conhecer por entender que seu exame se confunde com o próprio mérito da causa.

No mais, extrai-se dos autos que o agravado é portador de doença renal crônica, CID.10 N18.0, estando em tratamento regular de hemodiálise, tendo desenvolvido hiperparatireoidismo secundário refratária, conforme atesta

o laudo médico de fls. 16, necessitando urgentemente do medicamento CINACALCET 30mg em uma dose inicial de 2 comprimidos por dia, no total de 60 comprimidos por mês, durante tempo indeterminado, sem, contudo, possuir recursos financeiros para adquiri-lo.

Frise-se, ainda, que, ante a patologia que acomete o impetrante, por se tratar de uma complicação ósteo-metabólica grave, a droga acima mencionada é imprescindível ao seu tratamento, mormente porque o impetrante já fez tratamento com opções fornecidas pelo Estado, porém sem resultado satisfatório, sendo o medicamento requerido o único medicamento capaz de tratar o paciente, conforme atesta o médico assistente às fls. 16.

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento apropriado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

No tocante à multa diária, é lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, nos termos do art. 461, § 3º e 4º, do CPC.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis, conforme se depreende dos arestos abaixo ementados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO. I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido. III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este (AgRg no REsp 1041518/DF, T4, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe de 25/03/2011).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A multa imposta com base no art. 461 do CPC, quando considerada exorbitante ou insuficiente, pode ser modificada pelo juiz a qualquer tempo, já que não faz coisa julgada material, hipótese, portanto, em que não se opera a preclusão. 2. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1144150/GO, T4, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 31/03/2011).

Desse modo, faço ver que não assiste razão à parte agravante, posto que tal fixação não restou desproporcional e exorbitante, não havendo que se falar em ônus excessivo ao Erário.

Ademais, o Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado.

No sentido posto, colaciono precedente deste Sodalício, consoante aresto adiante ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE CA PAILÍFERO DE RIM, CID C64. PREFACIAIS DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS À UNANIMIDADE. MÉRITO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada à unanimidade, uma vez que a autoridade coatora em caso como tais é o dirigente máximo do órgão responsável pelo ato impugnado. 2. Prefacial de ausência de prova pré-constituída rejeitada à unanimidade, posto que o mandamus fora devidamente instruído através documentos que comprovam a patologia do impetrante. 3. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada unissonamente, uma vez que pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, em função de expressa previsão constitucional. Mérito. 4. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 5. Existência nos autos de documentação comprobatória que atesta a necessidade do uso da medicação pleiteada no tratamento de saúde do impetrante. 6. O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido que a negativa no fornecimento de medicamento que possa levar o paciente à morte implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 7. Segurança concedida à unanimidade (MS 268675-1, GCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 24/07/2012).

Nesse mesmo diapasão, eis o teor da Súmula nº 18 desta Corte de Justiça:

Súmula 18 – É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Feitas estas considerações, nego provimento ao regimental, inexistindo razão para alterar o comando a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 2 de julho de 2014

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator